

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROJETO DE LEI QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2014 (LDO), REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2013, NA SALA DE SESSÕES VEREADOR OSWALDO FREIRE MARTINS, EM ATENDIMENTO A LEI COMPLEMENTAR 101/00 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

Aos quatorze dias do mês de maio de 2013, às 9 horas, na Sala de Sessões "Vereador Oswaldo Freire Martins", atendendo convocação da Câmara Municipal, através da Comissão de Finanças e Orçamento, datada de 10 de Maio de 2013, devidamente publicada no Jornal Gazeta de Guararema, na Edição N° 121, de 11 de Maio de 2013, página 02 e, ainda, divulgada através do site da Edilidade www.cmguararema.sp.gov.br, e afixada no quadro de editais desta Edilidade em 10 de Maio de 2013, realizou-se a Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei que Estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014 e dá outras providências. Estavam presentes na audiência os Vereadores senhores Eduardo Aparecido Moreira Franco - Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Cesar Romero Pontes Brito - Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento e a Vereadora senhora Vanessa Martins dos Santos - Membro da Comissão de Finanças e Orçamento. Também presentes o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Eduardo Maia da Silva e os Vereadores Srs. Benedito

Ferreira da Silva, Egilson Souza Moreira Filho e Odvane Rodrigues da Silva. A Audiência Pública foi realizada com a presença do Procurador Legislativo da Câmara Municipal, Doutor Marcos Wezassek de Britto, o qual foi convidado a compor a Mesa dos trabalhos para auxiliar a Douta Comissão e com a presença da Gerente Legislativo da Casa, senhora Juliana Leite da Silva. O Presidente da Comissão

de Finanças e Orçamento, Vereador Eduardo Aparecido Moreira Franco agradeceu e registrou a presença dos munícipes: Claudio José da Silva Cabral, Donato Grillo, Reginaldo Pedro Barboza, José Theodoro da Silva, Felipe Valades Herruso Pereira e Samantha Camargo da Silva. Sob a presidência do Vereador Sr. Eduardo Aparecido Moreira Franco, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, deu-se início aos trabalhos da Audiência Pública, que comunicou a sua finalidade. Ato contínuo comunicou que seria feita a leitura da Mensagem nº 23/13 através da qual o Executivo encaminhou o Projeto de Lei que Estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014 e dá outras providências, bem como a leitura do referido Projeto de Lei para conhecimento dos presentes. Cópia da Mensagem juntamente com o Projeto de Lei foi distribuída aos munícipes presentes que assim a desejassem obter. O Presidente da Comissão convidou o Vereador Sr. Odvane Rodrigues da Silva para que fizesse a leitura, sendo que o mesmo assim o fez. Em meio à leitura da Mensagem e do referido Projeto de Lei, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Sr. Eduardo Aparecido Moreira Franco, solicitou ao Vereador Sr. Odvane Rodrigues da Silva que parasse a leitura por alguns instantes, pois iria suspender a Audiência Pública até que a ordem se restabelecesse na plateia, pois que a munícipe senhora Samantha Camargo da Silva, mesmo após ser advertida pelo Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, continuou-se a se exaltar na plateia, se manifestando, impedindo que os trabalhos da presente Audiência Pública continuassem em sua devida ordem. Dados alguns minutos da Audiência Pública suspensa, a munícipe que causara a desordem na plateia se ausentou e o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Sr. Eduardo Aparecido Moreira Franco reiniciou a Audiência, dando prosseguimento aos trabalhos e solicitou que o Vereador Sr. Odvane Rodrigues da Silva retomasse a

leitura do Projeto de Lei que Estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014. Terminada a leitura da Mensagem nº 23/13 e do respectivo Projeto de Lei, o senhor Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Sr. Eduardo Aparecido Moreira Franco, informou que os membros da Comissão de Finanças e Orçamento, bem como o Procurador Legislativo, Doutor Marcos Wezassek de Britto estariam à disposição para explicações que se fizessem necessárias e franqueou a palavra aos munícipes presentes que desejassem se manifestar. Manifestou-se o munícipe senhor Cláudio José da Silva Cabral dizendo: "Bom dia a todos. Senhor Presidente, gostaria que deixasse constar em Ata que a imprensa foi proibida de efetuar a filmagem desta Sessão. Muito obrigado." O senhor Presidente da Comissão, Vereador Eduardo Aparecido Moreira Franco, lembrou aos munícipes que a discussão é sobre o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias. A seguir, manifestou-se o munícipe senhor Donato Grillo dizendo: "Bom dia a todos. Eu queria registrar três perguntinhas básicas. O Presidente disse que foi publicado na sexta-feira, nós só tivemos conhecimento no jornal de sábado, pelo... Como que chama o jornal? É Novo Tempo. Então, só foi publicado, foi dado conhecimento à população no sábado, então, esse é o motivo que nós estamos aqui, caso contrário, nós não estaríamos aqui, nós não saberíamos, porque é o princípio da publicidade que vocês cumpriram, que a Casa cumpriu mas, precisaria de tempo, não é? Olha só o calhamaço que isso é, não dá tempo de analisar, realmente não dá tempo. E o dinheiro, esse dinheiro que está aqui, esse dinheiro vem de

imposto. A gente paga neste País trinta e sete por cento de imposto e esses impostos são distribuídos para os municípios, Governo Federal, Governo Estadual. Muito bem. Então, nós precisamos de mais tempo. Eu pediria que no próximo ano, que a Casa desse conhecimento à população com mais antecedência, de modo que a gente possa analisar isso e fiscalizar. O nosso dever de cidadão é fiscalizar e nós vamos fiscalizar. Eu sou presidente de uma entidade que tem como um dos objetivos fiscalizar o Poder Público, e nós vamos fiscalizar e nós vamos atuar junto aos poderes constituídos para defender o direito da cidadania. Muito bem, este é o primeiro ponto. O segundo ponto é com relação aos cinquenta por cento que está se dando de cheque em branco ao Prefeito. Novamente, isso demonstra e o Tribunal de Contas já disse nas contas, nas várias prestações de contas do Município, que isso é uma clara manifestação de falta de planejamento. Eu faço um curso na Diocese de São José dos Campos chamado "Política e Cidadania", cuja matéria, dessa matéria, ela é ministrada pelo Secretário de Planejamento do Município de São José dos Campos e nós já discutimos muito isso, muito e muito, nós até já discutimos em altos brados lá na sala de aula, de que o Tribunal de Contas já fez mencionar que nas contas do município, que deveria ser a inflação entre um ano e outro. O Município de São José dos Campos, eu mencionei que aqui é cinquenta por cento, ele falou que é muito e ele disse: "Aqui, nós pedimos à Câmara vinte por cento, por um simples fator: nós somos uma Cidade de trezentos a quatrocentos mil habitantes e temos indústrias muito grandes aqui." Exemplo: a

EMBRAER, exemplo a GM, exemplo a Johnson, exemplo outras empresas que tem lá. E lá, se uma EMBRAER perder um pedido, que é de bilhões de dólares, cai o ICM. Então, ele tem um contato muito estreito com essas empresas para garantir que o dinheiro entre, de modo que ele possa realizar os projetos da Administração. Outra coisa, eles fazem as reuniões das audiências públicas nos diversos bairros, com tempo da população poder participar e a população participa. Nós estamos aqui, e aí foi lido que ninguém apareceu da população na Prefeitura e eu não sabia. Não vi em nenhum jornal, não recebi uma publicação sequer que havia uma audiência pública na Prefeitura, caso contrário, teríamos ido. Então, precisa-se que haja maior interação da população. Esse é o nosso objetivo. Inclusive, lá na Diocese, lá no seminário, o curso é ministrado no seminário, lá na Diocese, a Igreja, ele é suportado, ele é patrocinado pela Pastoral da Fé e Cidadania, lá chama Fé e Política, e nós, então, participamos desse curso e vamos tentar trazer para cá o Bispo Dom Pedro Luís, de modo que a gente possa tentar fazer com que a população seja politizada, que a população participe da Administração Pública, tanto Legislativa como Executiva, e venha aqui, né, venha aqui e ela se desenvolva. Então, voltando aos cinquenta, é muito. Isso é muito. Isso é, o Tribunal de Contas já disse o ano passado, o ano retrasado e o outro ano, eu já entrei com várias representações no Ministério, no TCE, e vou entrar com essa também, vou dizer, vou informá-los que está acontecendo isso e que não é justo que se dê um cheque em branco ao Executivo, de modo que ele possa fazer o que ele

bem entender com 160 milhões, teoricamente. Então, esta é a segunda observação. A terceira observação é com relação aos *royalties*. Onde estão sendo aplicados os *royalties*? Os *royalties*, segundo o Decreto-Lei, o Decreto número 01, têm cinco seguimentos a serem aplicados de infraestrutura, um deles é pavimentação, eletricidade, saneamento básico, esgoto e tem mais um que eu não me lembro. Então, são cinco itens de infraestrutura que ele tem que ser aplicado e eu não sei onde está sendo aplicado, onde estão sendo aplicados os oitenta milhões. E a quarta observação é com relação ao risco fiscal de oitenta milhões. Ele não está deduzido, não tem uma contingência desses oitenta milhões e eu não sei o porquê também há esse risco de oitenta milhões. Oitenta milhões não são oito milhões, não são oitocentos mil reais, é muito dinheiro, muito dinheiro. Então, precisa tomar cuidado com esses itens que eu não entendo, além do mais, peço que nos próximos anos isso seja dado um esclarecimento à população, uma informação, uma publicação para que a população venha com uma maior antecedência. Eu tenho essas observações a fazer e gostaria que vocês, como representantes do povo, tomassem cuidado e fiscalizassem. Vocês não estão aqui de graça, esta Casa é muito cara para esta Cidade e esta Casa tem que fiscalizar. Não é porque isto aqui é base do Governo que nós vamos deixar o governo Executivo fazer o que ele quer. Aqui vocês estão representando os interesses da população. No meu Bairro, por exemplo, moro lá no Lambari, eu não sei quem é, realmente eu não sei quem é para que a gente possa conversar. O asfalto que foi feito lá está se desfazendo. Foram gastos

quinze milhões de reais com duas empreiteiras de um mesmo grupo..." Neste momento o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Eduardo Aparecido Moreira Franco, interrompeu o munícipe e solicitou para que este retornasse à discussão do assunto da presente Audiência Pública. Retomou a palavra o munícipe senhor Donato Grillo e disse: "Um momentinho, eu vou explicar o porquê. Porque eu vou cair novamente nos *royalties* e não sei da onde saiu esse dinheiro. Então, isso são coisas que a gente precisa, que esta Casa precisa tomar cuidado e cuidar, precisa cuidar. Nós não temos acesso à lei, apesar da Lei de Informação, não temos acesso, o Prefeito não nos responde. Então, nós vamos tomar providências também. Então, essas coisas precisam da publicidade, o Artigo 37 da Constituição e tem também o Artigo 5º que precisa respeitar. É só." O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Eduardo Aparecido Moreira Franco, disse: "Eu só queria dizer ao senhor, senhor Cláudio Cabral, que no dia 18/04/2013, teve uma audiência pública realizada lá no Executivo Municipal para serem discutidos, no dia 24 também. E eu queria dizer também, que no site saiu o aviso desta Audiência no dia 10/05, é só para registrar. Mais alguém com a palavra?" Manifestou-se o munícipe Reginaldo Pedro Barboza e disse: "Bom dia a todos. Eu quero fazer dois registros: um com relação à publicidade, realmente é muito importante à gente tratar disso aí; e o segundo tema é relativo ao Esporte e eu acho que vai envolver os senhores dois que estão mais ligados à área. Bom, com relação à publicidade, eu, realmente, vocês estão querendo se

esconder da população. Ao invés de atingir as massas através da Internet, através das câmeras, vocês estão querendo se esconder da população e ninguém entende o porquê. Eu falo isso porque em Jacareí eu tenho acompanhado muito o trabalho do Vereador Presidente da Câmara, o senhor Edinho Guedes, e ele, lá em Jacareí, eles implantaram publicidade total para os Atos da Câmara, para as Sessões. Eu tenho utilizado muito o *Facebook* também para mostrar para a população de Guararema que vocês estão se escondendo e ninguém entende o porquê. Enquanto Salesópolis, eles transmitem as Sessões da Câmara ao vivo pela Internet, Jacareí transmite pela TV, transmite pela Internet e os senhores fazem sessões às nove horas da manhã onde algumas poucas pessoas podem comparecer..." Neste momento o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Eduardo Aparecido Moreira Franco, interrompeu o munícipe e solicitou para que este retornasse à discussão do assunto da presente Audiência Pública, o Projeto da LDO. Retomou a palavra o munícipe senhor Reginaldo Pedro Barboza e disse: "Sim, fechando, só concluindo. Depois o senhor responde o porquê que a publicidade, nesse caso, ela não é feita ao máximo, não é realizada ao máximo para atingir o maior número de pessoas possível. Depois o senhor explica pra gente o porquê que ao invés de atingir uma massa, uma população, vinte mil eleitores, atingem-se somente 10 pessoas? Somente 10 pessoas estão aqui presentes para tomar conhecimento de assunto tão importante. Bom, o segundo assunto refere-se à área esportiva e eu sei que o Eduardo... tem dois Eduardo, Eduardo, Presidente, quem é?" O Presidente

da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Eduardo Aparecido Moreira Franco, perguntou ao munícipe: "Presidente da Câmara, o senhor está falando?" O munícipe, senhor Reginaldo Pedro Barboza disse: "Qual o nome do senhor mesmo?" O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Eduardo Aparecido Moreira Franco, respondeu ao munícipe dizendo: "Eduardo Aparecido Moreira Franco." O munícipe senhor Reginaldo Pedro Barboza retomou a palavra dizendo: "Exatamente. O senhor e o Vereador Odvane estão mais ligados à juventude e à área esportiva, então, os senhores têm melhores condições de responder. Algumas pessoas, algumas não, algumas centenas, até milhares de pessoas têm reclamado o seguinte, que o Centro Esportivo aqui do Ipiranga, a quinhentos metros daqui da Casa, da Câmara, eles estão reclamando o seguinte, que o vestiário está um verdadeiro abandono. A semana passada, eu estive conversando com pessoas e elas relataram o seguinte: "que aquilo ali parece que ninguém toma conta, é uma sujeira, é uma imundice, é um abandono." Eu não sei como que vocês querem incentivar a prática de esporte, especialmente o futebol aqui no Município né, se vocês abandonaram os nossos atletas, ali no ginásio, no campo de futebol do Ipiranga. As pessoas têm relatado e, eu, realmente, eu fiquei impressionado com o que elas falam. Elas falam que é muita sujeira, louças quebradas, tudo quebrado, porta quebrada, aquilo ali parece um, não sei o que parece aquilo, é difícil descrever e eu... de fato, por enquanto não vai turista lá. Então, eu queria saber dos senhores o porquê está acontecendo isso? Eu só vim aqui, mais

especificamente, para fazer esta pergunta. Eu nem vinha aqui hoje, eu nem vinha, mas eu tinha que deixar registrada essa reclamação, porque isso atinge centenas de pessoas, não atinge só uma ou duas pessoas ou meia dúzia de pessoas, são centenas. Inclusive, essa pessoa que relatou pra mim, ela falou que estava lá o senhor Laerte Moreira, ele tem um time que joga ali, parece, mas também não toma providencia nenhuma. Eu não sei o que acontece. Eu até perguntei para ele: "Poxa, mas o Laerte não estava lá? O Laerte não é da Casa, não é do Executivo? Porque que não resolve isso?" Então, eu queria lançar esta pergunta para vocês e que vocês respondam, porque vocês estão respondendo para, pelo menos, umas mil pessoas, no mínimo. São dezenas de times e vocês estão fazendo com que essas pessoas tomem banho, não tomem banho não, não tem como tomar banho, água gelada, tudo quebrado, tudo quebrado, eu falei: "Não é possível, não é possível que isso esteja acontecendo." Queria que vocês respondessem e trouxessem uma providência, porque eu vou acompanhar isso também. Bom dia. Obrigado." Neste momento, o Vereador senhor Odvane Rodrigues da Silva solicitou a palavra ao Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento e se manifestou dizendo: "É só para responder a questão do Esporte para o municípe, senhor Reginaldo Barboza. Obrigado pela presença a todos. Dizer que é bom que o senhor tome conhecimento do investimento para o exercício, de um milhão na área de Esportes, inclusive, está aí para esse investimento de melhoria dessa infraestrutura e melhores adequações. Também, cabe registrar nesta Casa de Leis que nós

já temos Indicações feitas de diversos Vereadores. Assim como, eu também solicito ao senhor e a todos os munícipes que protocolem junto à Prefeitura os seus descontentamentos, as suas melhorias, porque isso é importante, até mesmo para o Executivo, para que eles melhorem o serviço, e para a gente, Vereadores, também, para que possamos fazer uma cobrança ainda maior. São essas as minhas considerações, senhor Presidente." O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento agradeceu ao Vereador senhor Odvane Rodrigues da Silva. Neste momento, novamente o munícipe senhor Donato Grillo solicitou a palavra e o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento a concedeu. Com a palavra o munícipe senhor Donato Grillo: "Alô, é rapidinho. Eu acho que eu vou passar a protocolizar aqui então, porque eu não recebo resposta. Foram quatro, quatro pedidos ao Prefeito, passaram os trinta dias da Lei 12.527, espera um minutinho, e ele não respondeu. Entrei na Promotoria, o Promotor disse que não é com ele. Então, eu vou mandar para o Conselho e vou mandar para as autoridades de cima. Então, vou, inclusive, protocolizar ao Presidente daqui que tome providência." Neste momento, o Vereador senhor Odvane Rodrigues da Silva se manifestou dizendo: "Só cabe registrar, senhor Donato, que o nome mesmo já diz: Executivo. Executa. Então, a gente pode fiscalizar, isso é fato e é conhecimento nosso isso aí. Com certeza, o nome já diz: Executivo. A execução é lá. Obrigado." Neste momento, o munícipe senhor Felipe Valades Herruso Pereira se manifestou dizendo: "Bom dia, senhores Vereadores. Eu gostaria de deixar aqui uma sugestão para a Casa, visto que o Município faz

grande propaganda de publicidade regional das atividades do Município, quem sabe, a Casa também pode usar recursos aí para fazer a publicidade para que a população seja envolvida. Obrigado." O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Sr. Eduardo Aparecido Moreira Franco disse: "Acho que toda sugestão, Felipe, é muito bem vinda. Muito obrigado." Manifestou-se o munícipe senhor José Theodoro da Silva dizendo: "Bom dia, senhores. Ontem eu estive aqui para pegar o Projeto e, realmente, eu não consegui ler todo, da forma que eu gostaria de ler. Eu estou tentando procurar aqui, uma dúvida que ficou, foi a seguinte: que parte dos *royalties* seria utilizada para pagamento de indenizações trabalhistas e afins. Eu gostaria de saber se isso procede e se é Constitucional isso, se está previsto dentro da nossa Constituição? Se vocês pudessem me esclarecer? E a outra questão, eu também gostaria de ressaltar aqui que cinquenta por cento, eu acho que é muito mesmo e talvez possam ser revistos esses valores, cinquenta por cento que o Prefeito tem à disposição e possa gastar sem a anuência de vocês. Eu poderia fazer uma analogia, se me permitem. Um empresário, creio que aqui têm vários empresários, eu vou poder até fazer uma analogia ao César, se me permite? Que ele é dono de uma imobiliária, ele é o proprietário daquela imobiliária, trabalha com o filho, é mais ou menos como se você contratasse uma pessoa, pusesse dentro da sua empresa, você pagasse para ele exercer as funções de administrador e, ainda, lhe desse cinquenta por cento dos seus dividendos para que ele pudesse usar à revelia, desculpa o termo "à revelia",

mas é mais ou menos essa analogia que eu faço. Eu não gostaria que dentro da minha empresa, uma pessoa tivesse total poder sobre os meus dividendos. É mais ou menos essa lógica. Nós somos a população, queremos um Prefeito que seja justo e que, também, o Poder Legislativo possa, também, cobrar com maior autoridade os atos do nosso Prefeito, ok. Era isso que eu queria divulgar e a respeito dos *royalties*, que eu não consegui achar aqui para ter essa certeza. Obrigado.” Neste momento, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Sr. Eduardo Aparecido Moreira Franco solicitou ao Procurador Legislativo da Casa, Doutor Marcos Wezassek de Britto, que respondesse ao munícipe a questão dos *royalties*. Se manifestou o Procurador Legislativo, Doutor Marcos Wezassek de Britto, dizendo: “Bom dia a todos. A questão dos *royalties*, a Prefeitura já foi citada a se manifestar a esse respeito e foi decidido, em decisões, não me lembro agora de qual Tribunal Superior, se do Supremo ou do STJ, que a implicação para a aplicação dos *royalties* incide, a proibição incide sobre despesa de financiamento de dívida, pagamento de encargos de pessoal e de salário, remuneração do pessoal. Isso foi objeto de apontamento que os Tribunais entendem como proibido para a utilização dos *royalties*, do restante, eles consideraram que poderia haver essa aplicação da despesa. Então, a proibição incide sobre financiamento de dívida, despesa de pessoal, encargos e remunerações.” Em seguida se manifestou o munícipe, senhor Donato Grillo, dizendo: “Eu poderia fazer um aparte? Existe um processo no TCE, um que está em apartado, a

respeito do pagamento do advogado, do escritório de Joinville, e isso está correndo lá em apartado e o Tribunal não entende assim, o Tribunal de Contas. Então, eu só queria deixar isso registrado que está correndo esse processo e está em apartado." O Doutor Marcos disse: "Sim. Houve um pagamento, essa empresa que foi contratada, empresa de advogados para fazer a defesa do Município, porque os *royalties* tinham sido, uma parte, cortado o repasse para o Município. O Município contratou uma sociedade de advogados especializada nesse assunto, conseguiu ganhar de volta o repasse e parte do pagamento dessa sociedade de advogados era, eles eram remunerados no êxito da ação. Se eles ganhassem a ação eles teriam uma parte do que eles ganhassem. E isso foi feito, eles foram remunerados com parte dos *royalties* que eles ganharam. Houve o apontamento do Tribunal dizendo que não poderia ser feito isso e a Prefeitura... não, houve uma compensação..." Neste momento, o munícipe, senhor Donato Grillo, se manifestou dizendo: "Pagou seis milhões no ano passado?" O Doutor Marcos respondeu: "Mas não com os *royalties*." O munícipe, senhor Donato disse: "Sim, com os *royalties*. Saiu dos *royalties*. É do meu conhecimento que saiu dos *royalties*." O Doutor Marcos respondeu: "Não, que eu saiba não. A Prefeitura..." O munícipe senhor Donato interrompeu dizendo: "Seria bom fiscalizar, então." O Doutor Marcos disse: "Houve uma compensação. O que tinha sido pago com o dinheiro dos *royalties*, ela tirou de uma outra fonte de receita e compensou aquele pagamento..." O munícipe, senhor Donato disse: "Os *royalties*." O Doutor Marcos disse: "Não." O

Vereador senhor Odvane se manifestou dizendo: "Do orçamento." O Doutor Marcos disse: "A Prefeitura pagou os advogados com parcela dos *royalties*, o Tribunal apontou como irregular..." O munícipe, senhor Donato se manifestou dizendo: "Apontou e tem um apartado em julgamento. É o Escritório Bornholdt. Então, eu queria só deixar claro que esse dinheiro, de acordo com o Decreto nº 01, ele é... Então, porque o Decreto meu "Deus do céu"? Tem um Decreto que regula a aplicação desse dinheiro." O Doutor Marcos se manifestou dizendo: "Houve uma compensação. O dinheiro que foi tirado dos *royalties* para pagamento dos advogados, foi compensado por uma outra fonte de despesa." O munícipe, senhor Donato disse: "Eu entendi, fez uma compensação. Tirou daqui e botou ali, tirou dali e botou aqui." O Doutor Marcos disse: "Exatamente." O munícipe, senhor Donato disse: "Fez conta de tirar daqui e cobriu de novo." O Doutor Marcos disse: "O Tribunal aceitou essa compensação e fez novas ressalvas para que isso não voltasse a acontecer." O munícipe, senhor Donato disse: "Mas o Tribunal não se decidiu sobre esse apartado ainda, esse apartado ainda continua." O Doutor Marcos disse: "O processo ainda está em andamento, mas até esse ponto foi feito dessa forma." O munícipe, senhor Donato disse: "Porque, realmente, é uma coisa que nós, nós moramos na zona rural e esperamos que chegue lá a infraestrutura do dinheiro dos *royalties*, do dinheiro dos *royalties*... e é essa a nossa luta. Vocês, eu gostaria, inclusive, que os senhores fossem dar uma olhada no asfaltamento, que deve de ter saído do dinheiro dos *royalties*, a situação que se encontra. Eu vou trazer pra cá,

eu vou trazer ao Presidente as minhas denúncias, as minhas representações, tanto ao Prefeito, quanto ao Promotor. É de lamentar, é de lamentar. Então, se vai sair mais dinheiro daqui para o asfaltamento de estradas rurais, tem que fazer direito. Ninguém é contra, ninguém é contra o que o Prefeito pode estar fazendo, o que a gente é contra é a forma, é a forma que isso aqui está sendo dado conhecimento à população. O Presidente da Comissão está dizendo que foi publicado no dia 10 de maio no site, eu não abri o site, eu não abri. Então, quem, calcanhar rachado lá dos "cafundó do Juda" do Lambari, tem Internet? Não tem Internet. Se tiver, tem lá *Facebook* que as crianças mexem. Tem que dar conhecimento à população com tempo, esse é o meu ponto. Eu não estou contra a publicidade... um minutinho senhor Presidente, eu quero externar a minha emoção..." O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador senhor Eduardo disse: "Mas eu nem falei nada." O munícipe, senhor Donato disse: "Mas você esta me olhando." O Vereador senhor Eduardo disse: "Ah, não pode olhar? Vou olhar pra onde, para o papel?" O munícipe, senhor Donato disse: "Você esta me olhando com um olhar de que eu estou falando demais. Então, eu quero dizer que a gente é contra a forma, colocou-se lá pedra em cima da terra, tocou-se piche e tocou-se asfalto, quem fiscalizou isso, meu "Deus do céu"? Quem disse que eles puseram a quantidade certa de asfalto, se na frente do meu portão está explodindo, ele está arrebentando, na frente do meu portão? Poxa, não é possível. Depois desce o morro, é um morro que tem um monte de olhos d'água, claro, o asfalto racha. Vai lá na Estrada

Olimpio Franco é a mesma coisa, vai lá na Masao Kodama é a mesma coisa, e não se recebe a resposta. Eu só vou perguntar para o Conselho Superior da Magistratura, quem que é a autoridade superior que tem que fiscalizar isso. Será que é a CGU? Eu vou mandar para o Jorge Rage. Eu conheço o Jorge Rage, nós estivemos em Brasília ano passado, um mês, uma semana em reunião com combate à corrupção. Então, a gente quer coisas claras, às claras, que a população participe, eu só quero participar, quero entender." Neste momento, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador senhor Eduardo, se manifestou dizendo: "Senhor Donato, eu solicito que o senhor retorne à discussão do objeto desta Audiência." O munícipe, senhor Donato disse: "É isso que eu quero. Voltando a sua locução a respeito da publicidade, pelo amor de Deus, dê tempo ao povo. O povo é atrasado. Eu sou atrasado, eu estou atrasado." O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador senhor Eduardo, se manifestou dizendo: "Eu gostaria mais uma vez de dizer e registrar em Ata que tiveram duas Audiências: no dia 18 e no dia 24, e não houve o comparecimento de ninguém no Executivo. E eu gostaria de dizer, também, que foi afixado aqui no Quadro. Os senhores que frequentam bastante esta Casa poderiam ter visto. Eu não vou discutir mais essa questão. Eu gostaria de dizer também ao munícipe Reginaldo que, a minha preocupação também é com o Esporte, porém eu assumi recentemente. Eu já fiz duas Indicações relacionadas ao Esporte, é uma preocupação minha também, porque sou jovem, era um compromisso meu e vai continuar sendo. Eu só peço que me deem tempo." O munícipe,

senhor Reginaldo Pedro Barboza se manifestou perguntando ao Presidente da Comissão se poderia responde-lo. O senhor Presidente afirmou que sim e o munícipe, senhor Reginaldo se manifestou dizendo: "Eduardo, não é? Eduardo, eu, sinceramente, não participo de política que nem os senhores participam no dia a dia, vão até as comunidades, conversam com centenas de pessoas diariamente, na semana, eu não participo ativamente como vocês participam. Eu fiquei sabendo esta semana, mas não é de hoje que isso vem acontecendo. Há uns três meses atrás uma pessoa me encontrou e falou: "Eu vou filmar o que está acontecendo lá dentro, eu vou filmar, eu vou fotografar". Eu falei: "Vamos fotografar". Então, o senhor tem que estar mais atento, e o próprio Laerte também, Laerte Junior, Laerte Moreira Junior, não é isso? O time de futebol dele joga lá semanalmente aqui. Então, eu acho o seguinte: vocês têm que agir mais, em minha opinião, porque não justifica, não justifica deixar a coisa, uma coisa dessa proporção caminhar durante meses sem nenhuma providência. Então, eu entendo que o senhor está propondo as medidas, algumas medidas, mas espera-se que sejam mais rápidas também, porque senão parece que não estão trabalhando como deviam." Neste momento, a Vereadora senhora Vanessa Martins dos Santos, Membro da Comissão de Finanças e Orçamento, se manifestou dizendo: "Eu peço licença ao Presidente para cumprimentar todos os munícipes que estão aqui hoje acompanhando esta Audiência. Dizer que é de extrema e suma importância à presença dos senhores, agradecer realmente. E conversar aqui com o Reginaldo, dizendo que, realmente, os

Vereadores têm essa função, nós do Poder Legislativo, de fiscalizar, e agradecemos quando há sugestões de vocês para que possamos, não somente, ir até as pessoas, mas, também, poder recebê-los e saber dos acontecimentos. Dizendo, também, que, infelizmente, não temos o poder de execução do trabalho, e sim de fazer as indicações, as quais nós estamos fazendo no decorrer do nosso mandato, desde o início do ano. Então, também estamos publicando aí no site da Câmara e convocamos os senhores para que possam analisar as nossas Indicações e também temos os nossos e-mails para receber as solicitações. Colocamo-nos à disposição e agradecemos a presença de todos vocês." Neste momento, o munícipe senhor José Theodoro da Silva se manifestou dizendo: "Eu só queria, só voltando a minha pergunta que eu não entendi a resposta, dos *royalties*. Pelo que o amigo falou, parece que é inconstitucional você aplicar os *royalties* para pagamento de ações trabalhistas. Parece que foi isso que eu entendi. Estou errado?" O Doutor Marcos se manifestou dizendo: "Não. O que aquela decisão apontou é que as verbas dos *royalties* não devem ser aplicadas com despesa de pessoal, com encargos financeiros...". O munícipe, senhor José Theodoro disse: "Ações trabalhistas...". O Doutor Marcos retomou a palavra dizendo: "Ações Trabalhistas já são indenizações, não caem em encargos de pessoal, como: remuneração, FGTS, INSS, os encargos da remuneração de pessoal, esse que foi o apontamento." O munícipe, senhor José Theodoro, se manifestou novamente e disse: "Perfeito. Aí a minha dúvida é se isso está escrito aqui no Projeto, porque eu não consigo achar? Vocês me

desculpem, eu já tentei olhar aqui rapidamente, mas não consigo. Então, ficou essa dúvida aí se, realmente está escrito isso aqui. E o que seria mais claro, é a aplicação desses *royalties*, onde será aplicado mesmo? Precisa deixar um pouquinho mais claro eu acho, eu não consigo entender. É muito dinheiro para ser aplicado. Onde? Principalmente, meio ambiente, na saúde, enfim, como o Donato sugeriu. Então, são esses pontos que devem ser deixados mais claros para gente e que eu gostaria de saber. Enfim, era isso." O munícipe, senhor Donato se manifestou dizendo: "Saúde tem fundo próprio. É vinte e cinco por cento ou quinze por cento? Eu não tenho certeza, Saúde e Educação que é obrigado por Constituição, um é quinze e o outro é vinte e cinco, coisa que vale." O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador senhor Eduardo se manifestou dizendo: "Os dois são obrigados." O munícipe, senhor Donato disse: "Por Princípio Constitucional." O Presidente da Comissão, Vereador senhor Eduardo disse: "Sim, os dois são." O munícipe, senhor Donato disse: "Saúde é quinze e Educação é vinte e cinco da renda?" O Presidente da Comissão, Vereador senhor Eduardo disse: "Exatamente." O munícipe, senhor Donato disse: "É o mínimo, o mínimo. Isso é obrigatório." O Presidente da Comissão, Vereador senhor Eduardo perguntou se alguém mais gostaria de se manifestar quanto ao assunto da Audiência e, novamente, o munícipe, senhor Donato Grillo se manifestou dizendo: "Eu queria externar novamente a minha insatisfação com essa Peça. Eu não concordo. Vocês não podem concordar com cinquenta por cento, vocês não devem concordar com cinquenta por cento, é

muito, é um disparate de falta de planejamento que o Tribunal já falou. Por favor, desafiem esse número, pelo amor de Deus desafiem esse número. Nós temos de ter planejamento. E outra coisa, vamos publicar com antecedência, não deixa na Internet, manda para o jornal, manda para os nossos e-mails, distribui para todo mundo, chama todo mundo para todo mundo ser politizado, nós precisamos envolver a população e vocês são responsáveis também por isso. Por favor." O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador senhor Eduardo Aparecido Moreira Franco disse: "Ok, Senhor Donato. Obrigado pelas orientações. Nada mais havendo a tratar, eu quero agradecer a presença dos senhores, agradecer a presença dos Vereadores..." Neste momento, o Procurador Legislativo, Doutor Marcos se manifestou solicitando a palavra ao Presidente e disse: "Só esclarecer mais um ponto a respeito da aplicação da verba dos *royalties*. A LDO, ela vem para preparar a elaboração da Lei Orçamentária. Na Lei Orçamentária vão estar especificadas, ponto a ponto, as despesas de aplicação dos *royalties*. Aqui ela vem de uma forma genérica, o orçamento global que o Município vai receber e fixando as despesas para o próximo exercício." Neste momento, o munícipe, senhor Donato se manifestou dizendo: "É Verdade. Então, eu peço aos senhores que atentem para esses cinquenta por cento para a próxima, o orçamento e aos *royalties*, por favor, examinem isso com carinho, é a população que está sendo atingida." Não havendo interessados mais em se manifestar, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador senhor Eduardo Aparecido Moreira Franco,

disse o seguinte: "Quero, então, agradecer ao Vice-Presidente da Comissão, Vereador Cesar, a Vereadora Vanessa Martins, ao Doutor Marcos que nos auxiliou, ao Vereador Odvane, agradeço aos senhores mais uma vez pela presença, acho que toda discussão é muito bem vinda. Então, nada mais havendo a tratar, agradeço a todos que participaram e declaro encerrados os trabalhos da Audiência Pública. Bom dia a todos." E para os efeitos legais, lavrou-se a presente Ata que segue assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e Membro da Comissão de Finanças e Orçamento, pelo Presidente da Câmara, Vereador Sr. Eduardo Maia da Silva, pelos Vereadores senhores Benedito Ferreira da Silva, Egilson Souza Moreira Filho e Odvane Rodrigues da Silva, presentes na Audiência, pela Gerente Legislativo da Casa, senhora Juliana Leite da Silva e pelo Procurador Legislativo, Doutor Marcos Wezassek de Britto.

Eduardo Aparecido Moreira Franco
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Cesar Romero Pontes Brito
Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Vanessa Martins dos Santos
Membro da Comissão de Finanças e Orçamento

Eduardo Maia da Silva
Presidente da Câmara

Benedito Ferreira da Silva
Vereador

Egilson Souza Moreira Filho
Vereador

Odvane Rodrigues da Silva
Vereador

Marcos Wezassek de Britto
Procurador Legislativo

Juliana Leite da Silva
Gerente Legislativo